

A ORIENTAÇÃO TÉCNICA RURAL PLURALISTA EM ASSENTAMENTOS NA REGIÃO CENTRO DO RS

Jaqueline Mallmann Haas¹
Rodrigo da Silva Lisboa²
Vinicius Piccin Dalbianco³

Resumo

Os serviços de extensão rural públicos ao redor do mundo estão sendo forçados a se adaptar a novos financiamentos, limitações e mudanças constantes no setor rural. A perspectiva global sobre a extensão rural não é mais a de um apoio ao serviço do setor público unificado, mas de uma rede multi-institucional de conhecimento e informação para a população rural. Frente essa perspectiva, o artigo tem como objetivo identificar e quantificar as formas de orientação técnica (OT) privada de oito assentamentos que compõem o Núcleo Operacional de Jóia no Rio Grande do Sul. Para isso utilizaram-se dados secundários fornecidos pelos PDAs e PRAs, estes realizados pela prestadora de ATEs. Identificou-se a presença de diversas empresas com produtos/finalidades distintas atuando junto aos assentamentos, além da empresa de assistência técnica pública. Na comercialização de grãos e leite verificou-se a presença de cinco e quatro empresas respectivamente, prestando OT para as atividades produtivas. Também, registra-se a presença de uma empresa de fumo prestando OT e uma empresa de crédito. Cabe observar que além dessas formas de OT é comum a presença de outros atores (Sindicatos rurais, SENAR, Secretarias municipais, Cáritas) com finalidades diversas atuando junto aos assentados, estes prestando serviços não exclusivos aos assentamentos. Tal configuração da OT, pode ser explicada em parte, pela busca dos assentados em acesso aos mercados, que por sua vez se refletem nas altas taxas de produção de commodities em assentamentos de reforma agrária. Sendo assim, o pluralismo se apresenta como uma realidade nos assentamentos analisados, e dentro dessa perspectiva nota-se que o Brasil vem seguindo uma tendência mundial de repassar algumas atribuições para a iniciativa privada.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail: jaquelinehaas@yahoo.com.br

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail: rodrigolisboa@gmail.com

³ Articulador de Ates/RS, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: vinidalbianco@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A assistência técnica e extensão rural há muito tempo são consideradas como componente importante dos processos de desenvolvimento agrícola e rural e, por esta razão, estabelecidos como serviços públicos na maioria dos países. No caso do estado do Rio Grande do Sul, os interesses governamentais na promoção desse desenvolvimento, especialmente nas décadas de 1960, levaram à expansão e consolidação da organização ASCAR/RS⁴ que, a partir de então foi a principal responsável no fornecimento da orientação técnica aos agricultores e na realização de programas governamentais. Essa forte presença da organização governamental acabou, no entanto, por encobrir a ação de outros agentes que há muito tempo estavam também prestando orientação técnica aos agricultores.

Atualmente há um renovado interesse na atuação de outras organizações na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) por considerar-se que podem atender melhor os interesses dos agricultores de forma mais eficiente, recomendando-se a formação de sistemas pluralista de ATER. Os dados recentes do Censo Agropecuário (2006), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o Rio Grande do Sul, permitem revisitar essa temática, na medida em que apresentam um levantamento sobre a origem da orientação técnica nos estabelecimentos agropecuários. Apresenta-se os governos, própria ou do próprio produtor, cooperativas, empresas integradoras, empresas privadas de planejamento e organização não-governamental – ONG, como sendo as origens hoje existentes de orientação técnica.

No âmbito, desta nova conjuntura de ATER existente no país, é criado em 2003, o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, coordenada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com o objetivo específico de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA (Manual Operacional, 2008).

Tomando por base o contexto da existência de diferentes origens da orientação técnica identificados pelo IBGE nos estabelecimentos agropecuários e a existência de um programa público voltado exclusivamente para assentamentos, o presente artigo tem como objetivo identificar e quantificar as formas de orientação técnica (OT) privada de assentamentos de

⁴ Em 1974 a ASCAR/RS passa a integrar o sistema brasileiro de Extensão Rural, passando a ser reconhecida publicamente como EMATER/RS

reforma agrária. Em específico, investiga-se a realidade de oito assentamentos, que compõem o Núcleo Operacional de Jóia, localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul.

Metodologicamente, para a realização do presente trabalho, utilizou-se dados secundários, fornecidos pelo Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e Planos de Recuperação dos Assentamentos - PRAs, estes realizados pela prestadora de ATES do Núcleo Operacional de Jóia. Também houve um acompanhamento, durante o segundo semestre do ano de 2009, aos trabalhos dos chamados “articuladores de Ates”, para análise *in loco* da realidade.

A EVOLUÇÃO DA ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL

Com uma trajetória muito peculiar, a extensão rural pública brasileira tem suas origens após o término da Segunda Guerra Mundial, com notória influência do modelo de extensão rural dos Estados Unidos. Nascida de um acordo entre o governo estadual de Minas Gerais e a Fundação Rockefeller. Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural são iniciados com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país (ASBRAER / SAF-MDA, 2007).

Implantada como um serviço privado ou paraestatal, a Ater, contou com o apoio de entidades públicas e privadas. Em diversos estados do país, com destaque inicialmente para a região nordeste, constituem-se diversas associações de crédito e assistência rural. E 1956, cria-se a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, constituindo-se um sistema nacional articulado com associações de crédito e assistência rural nos estados, isso tudo em função da medida de diminuição do fluxo de investimentos norte-americanos, que davam lugar aos investimentos estatais. Em meados dos anos 1970, no governo de Ernesto Geisel “estatiza-se” o serviço, implantando por sua vez o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater (Política Nacional, 2004).

Abandonando o esforço por um serviço de Ater no país, em 1990, já no governo do presidente Collor de Mello, desativou-se o Sibrater. Na ausência do apoio federal, alguns estados da federação, reestruturaram seus serviços, dando-lhes assim as mais diversas formas institucionais, além de que a iniciativa privada, passou a investir em seu próprio sistema de assistência técnica, onde “cada cadeia produtiva ou negócio rural contratou serviços acadêmicos, de pesquisa, ou ainda serviços particulares de gestão e tecnologia de produção”

(ASBRAER / SAF-MDA, 2007). Soma-se nestas iniciativas também o trabalho de prefeituras municipais, organizações não-governamentais e de organizações de agricultores, entre outras.

A conseqüência desse processo de afastamento do Estado e diminuição da oferta de serviços públicos de Ater ao meio rural e à agricultura aparece, hoje, evidenciada pela comprovada insuficiência destes serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural [...]. Com isso, restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e a políticas públicas em geral, o que contribui para ampliar a diferenciação e a exclusão social no campo (POLÍTICA NACIONAL, 2004, p. 5).

Os assentamentos de reforma agrária, são diretamente atingidos por esse afastamento do Estado na oferta de Ater pública, necessitando assim reivindicar por um projeto que atendesse seu público, tão pressionado por maior produção.

Orientação Técnica em Assentamentos

O histórico da orientação técnica voltada exclusivamente para assentamentos rurais aponta que com a extinção da Embrater em 1991, é o projeto Lumiar, consolidado no segundo semestre de 1997, que marca o histórico específico de orientação nos assentamentos. O projeto tinha por objetivo transformar o assentado, advindo de distintas trajetórias, distintos laços culturais e estratégias econômicas diferenciadas, em agricultores “rentáveis” produtores de alimentos. Fruto das reivindicações dos trabalhadores que demandavam uma orientação técnica diferenciada para as áreas de reforma agrária, o projeto também representou a ruptura da idéia da construção de uma assistência técnica estadual. Representou a terceirização e a privatização da assistência técnica em áreas de assentamento, fruto da descentralização das políticas públicas que estavam sendo implementadas (Pimentel, 2007).

O projeto Lumiar tinha como objetivo implantar um serviço descentralizado que possibilitava o apoio técnico e capacitação às famílias assentadas. A linha metodológica indicada pelo projeto, e que se apresentava como principal inovação, era a participação dos assentados e suas organizações no processo de gestão da política de assistência técnica como ponto chave para o desenvolvimento dos assentamentos. Participação esta entendida como o envolvimento das entidades representativas dos trabalhadores no processo de decisões a respeito do projeto (Pimentel, 2007).

Sendo assim, o projeto Lumiar foi antecessor do serviço de ATES no campo das iniciativas governamentais para afirmar alternativas de prestação de serviços descentralizados

de assistência técnica e extensão rural para os assentamentos de reforma agrária, sendo extinto no ano de 2000.

Uma nova proposta de assistência técnica é apresentada pelo governo federal em 2003, com o objetivo de promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento. Denominado de Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATEs, o INCRA vem atuando no sentido de qualificar as ações do programa, iniciando, no segundo semestre de 2007, um amplo processo de discussão das ações de ATEs com todos os atores envolvidos, que resultou em algumas alterações, proporcionando melhores condições para a execução das ações de assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária.

Atualmente a estrutura do projeto, segundo o Manual Operacional (2008), é sintetizada da seguinte forma:

Instâncias de Coordenação e Supervisão: • INCRA: Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD; Superintendências Regionais – SR.

Instâncias de Participação Social: • O Fórum Nacional de ATEs - espaço destinado ao diálogo e a interação entre o público beneficiário e o INCRA, com o objetivo de aprimorar a implementação do Programa nas diversas regiões. O seu caráter é consultivo, sem vínculo institucional, nem remuneratório. • O Fórum Estadual de ATEs - espaço de diálogo e articulação entre os diferentes níveis de governo, os beneficiários do programa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, com o objetivo de discutir a implementação do Programa de ATEs no estado, propor ações de melhoria e aperfeiçoamento das atividades do programa. O seu caráter também é consultivo, sem vínculo institucional e remuneratório.

Instâncias de Execução Técnica: • Equipes de Articulação - unidade constituída por profissionais de nível superior de formação multidisciplinar (ciências agrárias, sociais, econômicas, ambientais e outras). Essa equipe é responsável pela integração e assessoramento às equipes técnicas dos Núcleos Operacionais, em sua área de abrangência, visando garantir a qualidade dessa assessoria técnica, social e ambiental aos (às) beneficiários (as) da reforma agrária. • Núcleos Operacionais - NOs entidades prestadoras dos serviços de ATEs deverão se organizar em Núcleos Operacionais, com infra-estrutura física adequada e equipe técnica de caráter multidisciplinar (preferencialmente, diversificada em termos de gênero), responsáveis pela execução da ATEs junto às famílias assentadas.

Entre os objetivos do Programa de ATEs, o objetivo geral esta em: *“Prestar assessoria técnica, social e ambiental às famílias dos Projetos de Assentamento, criados ou*

reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar e nutricional, inseridas no processo de produção, voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário". E especificamente dentre outros, destaca-se aqui: - garantir a oferta permanente e contínua de serviços de ATES, que sejam presentes e atuantes em todas as regiões rurais brasileiras, de modo a atender a demanda de todos os assentamentos do país; - contribuir na viabilização do desenvolvimento econômico, socioambiental e solidário dos assentamentos; - apoiar as ações destinadas à qualificação e ao aumento da produção agropecuária, pesqueira e extrativista, com ênfase na produção de alimentos; - assegurar que as ações de ATES contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas, entre outros.

NOVAS CONFIGURAÇÕES DA ORIENTAÇÃO TÉCNICA

As mudanças ocorridas no cenário brasileiro e gaúcho da orientação técnica, são em grande parte reflexos do contexto mundial. O Consenso de Washington, apresentado em 1990 por John Williamson, baseado fortemente em aspectos da macro-economia e gestão financeira, constituiu-se em um marco na recente revisão sobre o papel do Estado. (MAXWELL, 2005). Entre os aspectos mais polêmicos desta proposta, esta a redução do papel do Estado, o que atenderia uma necessidade de flexibilidade e de modernização que os novos tempos globalizados exigiam, incluíam-se recomendações de mudanças de gestão no serviço público, o que era visto como o novo horizonte a ser perseguido.

Grandes esforços foram feitos para se alcançar as metas propostas pelos principais difusores deste modelo, tais como: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, que difundiram a lógica neoliberal como o caminho do sucesso para um mundo de transações mundiais e cada vez mais interligado.

No entanto, rever este conceito foi necessário quando se percebeu que a situação de pobreza agravava-se em muitos países, com concentração de riqueza e poder na mão de especuladores internacionais, o que fez acontecerem várias crises, e todas com poder de alcance muito grande, atingindo inúmeros países.

Estas mudanças trouxeram implicações também para a extensão rural. Uma grave crise recaí sobre esses serviços, que originalmente eram financiados e executados pelo Estado. No Brasil não foi diferente. A redução da participação do Estado levou a novas experiências, onde se abriu espaço para a maior participação dos Governos Estaduais, Municipais e para a

entrada de outros atores, dentre eles as Organizações-não- governamentais (ONGs), entidades estas que seriam uma resposta da sociedade civil organizada para o atendimento das suas necessidades mais prementes, inclusive, com um forte apoio da Organização das Nações Unidas – ONU.

A partir do reconhecimento da diversidade de atores atuando na oferta de ATER no meio rural, diversas instituições de cooperação passaram a recomendar a formação de sistemas pluralistas.

Extensão Pluralista

Em vista da mudança das condições que a agricultura enfrenta hoje, juntamente com mudanças nos governos e as restrições fiscais enfrentadas por muitos países em desenvolvimento, Umali e Schwartz (1994), acreditam que uma transformação estrutural do sistema de extensão rural a partir da entrega ao setor público de um sistema “multi-extensão” organizacional é cada vez mais essencial.

Na tentativa de ajustar e atualizar os serviços de extensão rural surge a experiência do pluralismo, como uma nova estratégia, que toma por base a reunião de diversos atores no atendimento das demandas e dos objetivos do mundo rural. Nesta perspectiva as ONGs, Organização de Produtores Rurais, Setor Público e Privado teriam espaços para ação e reflexão e se concentrariam em demandas específicas, de modo que em ações coordenadas os resultados se integrariam para atender as diversas demandas de um complexo e globalizado mundo rural.

A partir da experiência de diversos países a privatização, no contexto de reforma nacional dos sistemas de serviços de extensão rural, é um importante componente estratégico do processo pluralista. Esta proposta é defendida em documento produzido pelo Banco Mundial, USAID e Neuchatel Group no documento intitulado *Agriculture and Rural Development* (ARD, 2002), onde se afirmava que um sistema maduro de extensão rural é caracterizado por um sistema pluralista de fundos de extensão e provedores de serviços. Porém, nesta perspectiva o setor público continuaria a ser o maior participante, financiando e coordenando as operações.

A retirada do Estado e a privatização completa dos serviços, não são indicadas, uma vez que os pequenos produtores além de não conseguirem diluir os custos da extensão paga ainda sofrem pelo fato de estarem, na maioria das vezes, instalados em regiões de baixa infraestrutura. Devido a essas características, tais áreas comumente são negligenciadas pelo setor privado, podendo assim levar a não provisão social de extensão adequada para os agricultores

mais pobres, aumentando assim as graves implicações para o equilíbrio e equidade na política de desenvolvimento rural (UMALI e SCHWARTZ, 1994).

Neste contexto, muito se tem debatido sobre qual o real papel da extensão rural nos dias atuais e se o desenvolvimento rural é o alvo a ser perseguido. Ainda, no documento da ARD (2002), afirma-se que a redução da pobreza deve ser o foco maior, e defende-se, em uma das suas áreas, a reformulação de regras para que o setor público venha a dar suporte a uma extensão pró-pobre (*propoor extension*), desenvolvendo uma visão nacional e estratégias para extensão, assegurando e aumentando a qualidade dos serviços, e descentralizando, planejando e implementando o programa.

Evidencia-se assim uma clara tendência em enxergar o pluralismo como uma experiência interessante, quando se trabalha com públicos diversificados e que precisam de atenções diferenciadas. Para os autores que defendem esta perspectiva, a parceria entre atores aumenta a eficácia das ações, pois, permite uma flexibilidade que seria impossível se o modelo permanece centralizado nas mãos do poder público. Inclusive diversificando as formas de captação de recursos para os financiamentos das atividades.

The argument for pluralism in extension systems is based on the premise that the private sector (whether private companies, NGOs, RPOs, or specialized consulting firms) can provide extension services more efficiently and effectively than public sector agencies, and that these advantages increase the likelihood of long-term and sustainable services (ARD, 2002 p. 6-7).

Entretanto, há dificuldade de coordenação do sistema de extensão pluralístico assegurando a adequada cobertura das populações rurais, assegurando qualidade e construindo capacidade de provimento dos serviços. É importante salientar também que o ritmo das reformas é fundamental. Se ele for muito rápido e sem orientação suficiente e compreensão entre os intervenientes, pode conduzir ao "statu quo organizacional" e não-cooperação ou inércia entre os intervenientes; assim gravemente impedindo ou de avaria de todo o processo (RIVERA e ALEX, 2004).

Desta forma, admite-se que a extensão rural deve observar as questões do mundo rural em uma dimensão mais ampla, observando as questões voltadas aos aspectos econômicos, sociais e também ambientais. Entretanto, a lógica levantada ainda reforça uma matriz onde o mercado detém um grande poder, e que uma meta a ser perseguida seria a inserção dos grupos desfavorecidos aos mercados, capacitando-os e oferecendo as condições para que eles possam ser produtivos, eficientes, eficazes e efetivos, sendo capazes de enfrentar a concorrência globalizada por mercados.

Sendo assim, o pluralismo se apresenta como uma perspectiva no contexto da extensão pró-pobre. Como exemplo enfático desta realidade, temos a Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, coordenada pelo INCRA, a qual visa implantar um processo descentralizado de apoio às famílias dos agricultores assentados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Jóia e seu contexto

O município de Jóia está localizado na Micro-Região tritícola de Cruz Alta. De acordo com a estimativa da FEE (2008), Jóia tem uma população total de 8.377 pessoas. Com uma densidade demográfica de 6,8 habitantes por Km², em uma área total de 1.235,9 Km². Ao contrário dos municípios da região que possuem características semelhantes, Jóia tem aumentado sua população, especialmente no meio rural, conseqüência da implementação dos assentamentos rurais, o que também colabora no aumento do número de propriedades rurais (FEE,2008).

Este município faz divisa com Eugênio de Castro, Augusto Pestana, Boa Vista do Cadeado, Tupanciretã e São Miguel das Missões, todos localizados na região do Planalto Rio-Grandense. Esta região é caracterizada pelas culturas da soja, leite e pela criação extensiva de bovinos. Isso fica evidente quando analisamos os dados sobre produção agrícola para o município, pois de acordo com o IBGE (2008) somente o trigo, o milho e a soja são responsáveis por 94% da produção das lavouras temporárias (TABELA 1).

Lavoura temporária	Valor da produção/R\$	Participação na produção em %
Trigo (em grão)	14.477.000	10,3
Milho (em grão)	8.353.000	6,0
Soja (em grão)	108.777.000	77,7
Outros	8.381.000	6,0
Total	139.988.000	100,0

Tabela 1 – Valor da produção das lavouras temporárias em reais e em porcentagem para o município de Jóia – RS.

Fonte: IBGE (2008)

O leite, outra fonte importante de renda agrícola para essa região, ofereceu no ano de 2008 para o município de Jóia uma renda de R\$ 9.048.000,00 (IBGE, 2008), destacando-se

número de empregados permanentes e um maior nível de mecanização em relação às regiões onde predomina a agricultura familiar.

O Núcleo Operacional de Jóia

Composto por oito assentamentos, o Núcleo Operacional de Jóia, totaliza 651 famílias assentadas. A prestadora contratada pelo INCRA para desenvolver as ações da ATES neste é a EMATER. É importante destacar que no período de 2004 a 2008 a empresa que prestava a ATES neste NO era a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (Coptec)⁵. Com a substituição da modalidade convênio para contrato, a EMATER venceu no final de 2008 a licitação pública, ficando responsável a partir desta data responsável pela execução da ATES neste NO. Como era de se esperar, no primeiro semestre do ano de 2009, houve uma grande dificuldade na execução das metas da ATES, por se tratar de uma empresa com técnicos e metodologia e diferente das praticadas anteriormente pela Coptec. De acordo com relatos dos técnicos desta equipe, na atualidade esta dificuldade já foi superada e a integração com os assentados pode ser considerada adequada para desempenhar os trabalhos da ATES.

Diferentemente da maioria dos NO da ATES no Estado, o de Jóia comporta todos os assentamentos no mesmo município, o que favorece o trabalho da equipe técnica. A troca de saberes, a solução de problemas e principalmente o planejamento das ações ocorre de uma maneira integrada entre os técnicos. Pode-se afirmar que esta ainda é uma grande dificuldade da estrutura organizativa da ATES. O exemplo oposto é o NO de Palmeira das Missões que possui 352 famílias em 13 assentamentos distribuídos em 8 municípios. Num mesmo NO a ATES trabalha com 8 equipes diferenciadas, o que prejudica principalmente o planejamento das ações da ATES enquanto NO. Isto é necessário, pois a maioria das metas estabelecidas no contrato são mensuradas levando em consideração a estrutura do NO e não do assentamento.

Além destes aspectos, a luta social que deu origem a maioria dos assentamentos deste NO foi muito intensa, o que mantém até hoje uma organicidade política das famílias muito forte. Este fator, na maioria das vezes, contribui significativamente o trabalho da ATES, principalmente quando ocorre as atividades coletivas de capacitação e formação nos assentamentos. Diferentemente de outros NO, Jóia mantém a prática do debate e da discussão, do enfrentamento social e da construção coletiva.

⁵ A Coptec foi criada em 1996 para atender as demandas de assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária do projeto Lumiar. Sua coordenação é ligada a organização política dos assentados. Tem como principal característica o alinhamento político/ideológico e a aproximação das demandas e planejamento elencados pelas famílias assentadas.

Além do cumprimento das metas estabelecidas no contrato de ATES com o INCRA, a EMATER desenvolve trabalhos em parceria com outras prestadoras de assistência técnica da região. É comum a prestadora realizar atividades de capacitação para os assentados de Jóia conjuntamente com cooperativas e com os escritórios da empresa de outros municípios. Da mesma forma, tem sido uma prática da EMATER de Jóia a realização de atividades nos assentamentos em parceria com a EMBRAPA, entidade essa que tem um convênio firmado junto ao INCRA com o objetivo de promover a transferência de tecnologias e capacitação de assentados(as) e de técnicos que atuam na ATES.

Características dos assentamentos

O assentamento denominado Barroca localiza-se a cerca de 30 km da sede do município de Jóia, a sudeste da mesma. Criado em dezembro de 1997, com área total registrada de 515,91 hectares. Atualmente as 29 famílias instaladas são originárias, na grande maioria, da região norte do estado, especialmente dos municípios de Palmeiras das Missões, Planalto e Alpestre, e conquistaram seus lotes através da organização denominada de Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Os principais sistemas de produção desenvolvidos no assentamento são: sistema de grãos e leite em produção individual com pequena escala; sistema de produção de leite e grãos em grupos; sistema de produção de grãos e aposentados.

Para comercialização do leite existem várias empresas tais como: Perdigão, Copermis (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores de Jóia) e também, com sede em Cruz Alta a CCGL (Cooperativa Central Gaúcha Ltda). Para os grãos são varias empresas privadas e cooperativas que operam, entre elas Agropan, Marasca, Campo e Lavoura e Fazenda Tarumã. Estas mesmas empresas são buscadas pelos assentados para prestarem serviços necessários à realização das atividades agropecuárias nos lotes, ou seja, orientação técnica.

Outro assentamento que compõe o Núcleo é o denominado Ceres, criado em dezembro de 1996, com área total registrada de 1951,66 hectares, e capacidade de assentamento de 117 famílias, no entanto, atualmente residem 128 famílias. A área média dos lotes é de 15,25 hectares. Este assentamento está situado a 6 Km a sudeste da cidade de Jóia, com uma população total de 530 pessoas residentes.

Os sistemas de produção praticados neste assentamento resumem-se em três: Sistema de produção de leite escala maior e grãos; - Sistema de produção de leite em escala menor e grãos; Sistema de produção de grãos e auto-consumo. A produção de leite é comercializada junto a Central de Cooperativas Gaucha (CCGL). Já para comercialização de grãos há uma

diversidade de empresas compradoras as quais são vinculadas à grandes grupos monopolistas de compra.

Rondinha é o terceiro assentamento a ser caracterizado e está situado cerca de 20,5 km a sudeste da cidade de Jóia. Criado em junho de 1995, a área total do assentamento registrada é de 4.193,08 hectares, com capacidade de assentamento de 234 famílias. Entre os sistemas de produção praticados destacam-se: Sistema de produção de leite escala maior e grãos; - Sistema de produção de leite em escala menor e grãos; - Sistema de produção de grãos; - Sistema de produção de leite, grãos e agroindustrialização colonial. A comercialização dos produtos ocorre através das mesmas empresas que atuam nos assentamentos anteriormente caracterizados.

Criado em outubro de 2000, o assentamento Novo Amanhecer localiza-se cerca de 20 km da sede do município de Jóia. A área total registrada é de 973,44 hectares, com capacidade de assentamento de 49 famílias, onde hoje residem famílias originárias dos municípios de Arroio do Tigre, Pinhal Grande e de Estrela Velha, desalojados pela construção da barragem Dona Francisca e pertencentes ao Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB.

Os sistemas de produção, atualmente praticados no assentamento são: - Sistema leite, fumo e grãos; - Sistema leite e grãos; - Sistema fumo e grãos; - Sistema grãos e gado de corte. Sendo característica geral a todos os sistemas as áreas de policultivo (horta, pomar e demais culturas) para auto-consumo. Também para auto-consumo cria-se de porcos, galinhas e bovinos. Outra característica é a venda de excedentes por um número significativo de famílias. Com exceção do fumo, que é comercializado diretamente pelas empresas fumageiras da região de Santa Cruz do Sul, a produção de grãos e leite, é adquirida pelas mesmas empresas e cooperativas atuantes nos demais assentamentos.

Santa Tecla é o assentamento localizado cerca de 30 km da sede do município de Jóia, ao sul da mesma. Criado em 30 de setembro de 1988, com área total registrada de 1.154,01 hectares, com capacidade para assentar 64 famílias. Atualmente residem na área do assentamento 98 famílias, originárias dos municípios de Salto do Jacuí, Espumoso, Ibirubá, Cruz Alta, Campos Borges, Boa Vista do Incra e Quinze de Novembro, também desalojados pela construção de uma barragem.

Entre os sistemas de produção praticados neste assentamento destaca-se: - leite e grãos; - grão com mecanização própria ou contratada e prestação de serviços de mão de obra agrícola; - soja em parceria e aposentadoria. A produção de leite é comercializada junto a Central de Cooperativas Gaúcha (CCGL), Cotrijuí e Copermis. Já a comercialização de grãos

ocorre via Cotrijuí, Cocevil, Agropan, Marasca, que também são os fornecedores de insumos e orientações técnicas necessários aos cultivos.

Mais recente e localizado cerca de 14 km da sede do município de Jóia, o assentamento Simon Bolívar, foi criado em dezembro de 2006 com área total registrada de 1.116,04 hectares, onde residem atualmente 85 famílias. Dos sistemas de produção praticados destaca-se: - Soja x Milho; - Soja x Milho x Leite; - Soja x Milho x Gado Corte; - Leite x Milho. Produtos oriundos do cultivo da horta, como mandioca, batata e hortaliças são recorrentes e comercializados na sede do município. Os grãos são comercializados nas cooperativas locais Agropan (Cooperativa Agrícola Tupanciretã Ltda), Cotrijuí e outros compradores da iniciativa privada do município. A produção leiteira é comercializada com a Coopermis e a CCGL.

Já o assentamento Tarumã, localiza-se a 36 km da sede do município de Jóia, a sudeste da mesma. Criado em novembro de 2001, com área total registrada de 1,053.85 hectares, e capacidade de assentamento para 55 famílias. Os sistemas de produção praticados e as formas de comercialização, neste assentamento, assemelham-se muito aos demais assentamentos já caracterizados.

Trinta e Um de Maio é o oitavo assentamento que compõe o Núcleo Operacional de Jóia, e localiza-se cerca de 38 km da sede do município. Este assentamento, criado em dezembro de 2000, possui área total registrada de 759,43 hectares, com capacidade de assentamento para 36 famílias, com área média dos lotes de 18,8 ha. As famílias assentadas na origem do assentamento vieram de regiões inundadas por barragens, pertencendo ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Identifica-se a prática dos seguintes sistemas de produção: - leite e grãos; - fumo e grãos e; grãos. Com exceção das empresas fumageiras, que apóiam diretamente as famílias produtoras de fumo, as demais afirmam serem desassistidas de assistência para produção. Segundo informações, não recebem serviços de assistência técnica nem das empresas particulares que fornecem os insumos e compram seus produtos e nem das cooperativas as quais também fazem o fornecimento de insumos ou compra de seus produtos. A hipótese principal para tal fato refere-se a localização afastada da cidade de Jóia.

Análise da produção dos assentamentos

Na análise dos PDA e PRAs dos assentamentos notou-se que os produtos mais comuns e aqueles mais produzidos nos assentamentos são: soja, leite, milho, trigo e feijão. Mesmo que

as hortas e pomares voltados ao auto-consumo dos assentados estejam presentes em praticamente todas as unidades familiares, as *commodities* se demonstram um componente importante para a renda dos assentados. O que fica claro é que as características produtivas dos assentamentos desse Núcleo Operacional vão ao encontro das características da matriz produtiva do município e da região. A Tabela 2 é um resumo dos principais produtos produzidos nos assentamentos.

Assentamento	Área ha	Nº famílias	Produtos mais produzidos	Famílias inseridas	Ha	Produção 60kg/sc	Nº de animais produzindo leite	Litros L/dia
Barroca	515,91	29	Milho	25	32	800		
			Soja	29	300	8700		
			Feijão	29	8	100		
			Leite	24			78	780
Ceres	1951,66	120	Milho	110	99	3069		
			Soja	118	955	269997		
			Feijão	55	11	132		
			Leite	79			562	4400
Novo Amanhecer	973,7	48	Milho	48	96	3840		
			Soja	48	539	16170		
			Feijão	24	2,5	50		
			Leite				252	2071
Rondinha	4193,08	234	Milho	217	413	15694		
			Soja	169	1014	31028		
			Feijão	186	56	320		
			Leite	175			1030	9270
Santa Tecla	1154,01	98	Milho					
			Soja	50	500	15000		
			Feijão					
			Leite	14				840
Simon	1.116,04	85	Milho	83	170	-		
			Soja	83	250	8750		
			Feijão	83	21	125		
			Leite	74				
			Trigo	5	30	900		
Tarumã	1,053.85	56	Milho	56	80	2400		
			Soja	47	450	10350		
			Feijão	56	20	285		
			Leite	48			288	2592
Trinta e Um de Maio	759.43	34	Milho	28	8	125		
			Soja	33	462	12012		
			Feijão	25	8	125		
			Leite	18			164	1148

Tabela 2 – Resumo dos produtos mais produzidos nos assentamentos do núcleo operacional de Jóia

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho é possível afirmar que a pluralidade de orientação técnica, evidenciada nos assentamentos do Núcleo Operacional de Jóia/RS, pode ser considerada como um fator de influência direta para a configuração produtiva atual do espaço. Ou seja, dispõem-se da orientação fornecida pelo Estado, através da Ates, que apresenta toda uma proposta diferenciada de orientação, mas ao mesmo tempo, agem nos espaços dos assentamentos outros diversos tipos de atores fornecendo orientação técnica, “casada” a comercialização da produção, o que influencia diretamente sobre a matriz produtiva adotada. Porém, outra hipótese é de que os assentamentos optam por matrizes produtivas que representam a matriz produtiva da sua região, isto pode ser explicado pela maior facilidade que os assentados tem de escoar sua produção, pois não existe a necessidade de serem criados mercados, pois são explorados os já existentes, configurando uma produção voltada ao mercado.

Em suma, pode-se dizer que a pluralidade na orientação técnica apresenta diversos benefícios aos públicos atingidos, no entanto, se não houver articulação e ações coordenadas entre os atores responsáveis por essa pluralidade, ela pode acabar gerando sérios problemas e não atendendo as diversas demandas do complexo e globalizado mundo rural. No caso da Ates, esta trabalha no intuito de promover além da viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade socioambiental dos assentamentos, processo que é de médio à longo prazo, e que se confronta com empresas multinacionais que oferecem “facilidades”⁶ para a produção e comercialização de *commodities*.

Assim, a ATES mostra que ainda não venceu a lógica onde o mercado detém grande poder, e que ainda não conseguiu a inserção dos grupos desfavorecidos aos mercados, capacitando-os e oferecendo as condições para que eles possam ser produtivos, eficientes, eficazes e efetivos, sendo capazes de enfrentar a concorrência globalizada por mercados.

⁶ Facilidade no sentido de oferecer todos os insumos e técnicas necessárias para o plantio, além de oferecer a garantia de comercialização da produção ao final do ciclo produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARD – AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT (2002): Extension and Rural Development – Converging Views on Institutional Approaches? Workshop Summary of a Workshop held November 12 – 15, 2002 in Washington DC, World Bank and USAID. Disponível em: <http://info.worldbank.org/etools/docs/library/51025/ZipAgExtension1/ag_extension1/Materials/additional/betts.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2010.
- ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural e SAF-MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto Indicadores de Avaliação de Resultados de Ater**. Instituto Cultiva, Belo Horizonte, 2007.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Resultados preliminares. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006 . Acesso em: 15/04/2010.
- **MANUAL Operacional** de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES. MDA/INCRA. Brasília. 2008.
- MAXWELL, S. **The Washington Consensus is dead!** Long live the meta-narrative! Overseas Development Institute 111 Westminster Bridge Road London SE1 7JD UK, 2005.
- PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”**: A assistência técnica nos assentamentos rurais. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Dissertação) UFRRJ. Rio de Janeiro. 2007
- RIVERA, W. & ALEX, G. **Privatization of Extension Systems Case Studies of International Initiatives**. Agriculture and Rural Development Discussion Paper 9.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística. Estimativa da população por município e situação de domicílio Rio Grande do Sul – 2008. Acesso em: maio de 2010. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?ano=2008&letra=J&nome=J%F3ia.
- GUBERT, J. E.; BASSO, D. **Fortalecimento de Agricultores Familiares no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**: análise diagnóstico de sistemas agrários - Jóia e Eugênio de Castro. Ijuí: FIDENE/DEAg/UNIJUÍ, 2005.
- RÜCKERT, A. **Metamorfoses do Território**: a agricultura trigo e soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto alegre: SCP, 2ª edição, 2002.
- SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. da UNIJUI, 2005.